

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte CORREIO BRAZILIENSE Class.: 63

Data 28/09/84 Pg.: _____

Multinacionais cobriam as reservas indígenas

Ex-presidente da Funai ⁴⁴⁶⁸ revela que existem quase 300 pedidos para explorar minérios

MARCUS OTTONI



Jurandy Fonseca

O ex-presidente da Fundação Nacional do Índio, Jurandy Marcos da Fonseca, ao depor ontem na Comissão do Índio da Câmara dos Deputados, denunciou que existem no órgão 296 pedidos de autorização para exploração de minérios em áreas indígenas, dos quais 137 são de empresas multinacionais e privadas internacionais. Ele reafirmou que a sua exoneração sumária do cargo de presidente foi em consequência de se ter negado a regulamentar o decreto 88.985/83, que permitia o ingresso destas empresas nos territórios tribais, no que foi severamente contestado pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ). O parlamentar assegurou que por diversas vezes o dirigente do órgão havia lhe confessado que desejava pedir demissão.

Jurandy não refutou a acusação do deputado-cacique, restringindo-se a dizer que "é um ponto de vista do deputado, mas o próprio Governo Federal responde à sua afirmação. "Ele não descartou a possibilidade de retornar ao cargo de presidente da Funai. "Jamais pleitearia uma volta, mas se for convidado aceito

dirigir uma Funai diferente em outro Governo". O depoimento do ex-presidente da Funai perante a Comissão durou mais de duas horas. Nesta terceira vez que compareceu à Comissão, Jurandy explicou as razões pelas quais assumiu a presidência da Funai. — Segundo ele, por ter sido indicado pelo deputado Mário Juruna com respaldo das comunidades, e por ter sido nomeado pelo "coronel" Mário Andreazza (em todo o seu depoimento, ele fez questão de tratar o ministro do Interior, Mário Andreazza, pela sua patente de "coronel"). Este tratamento chegou a irritar o deputado João Batista Fagundes (PDS-RO), também coronel, que entendeu que a patente militar estava sendo utilizada pejorativamente pelo ex-presidente da Funai. O deputado contestou as declarações de Jurandy Fonseca, de que seu compromisso era com as comunidades indígenas. Segundo João Fagundes, a sua decisão significou um ato de infidelidade e deslealdade para com o Governo Federal. No entendimento do parlamentar, o presidente da Funai tinha, antes de tudo, compromisso

com o Governo e não com as comunidades indígenas brasileiras. Sallentou ainda o parlamentar que a sua atitude, de se negar a regulamentar um ato do Presidente da República, sob o argumento de não querer se tornar um genocida ou etnocida, impede moralmente os próximos presidentes de fazê-lo, pois, por antecipação, serão alcunhados de genocida. Ele elogiou ainda o deputado-cacique por ter classificado os Pataxó, que vivem no sul da Bahia, de "caboclos". Embora criticado pelo deputado pedesista, Jurandy Fonseca, foi considerado vítima de uma sabotagem cruel e covarde pelo deputado Israel Dias Novaes (PMDB-SP), que acusou a ordem vigente no País de genocida. "Não sei se o general Figueiredo — disse Israel Novaes — entende de índio, mas ele faz parte de um sistema genocida". Ele responsabilizou o Governo de negar os meios necessários para que Jurandy Fonseca administrasse a Funai, não lhe concedendo os recursos financeiros indispensáveis ao trabalho de assistência ao índio e à demarcação de terras.

Jurandy Fonseca disse que, em seus 137 dias à frente da Funai, recebeu apenas Cr\$ 700 milhões, a título de suplementação orçamentária, obtidos diretamente junto à Seplan. Deste total, Cr\$ 500 milhões foram usados para amortizar uma dívida em torno de Cr\$ 2 bilhões, administrando o órgão com apenas Cr\$ 200 milhões.

Ele classificou ainda como absurdo um órgão de terceiro escalão como a Funai regulamentar um decreto do Presidente da República, advertindo que a entrada das mineradoras será altamente negativa a todas as comunidades indígenas do País. Conforme Jurandy Fonseca, com exceção dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, as demais unidades da Federação onde há território indígena são cobriadas pelas empresas mineradoras. As empresas estão, segundo ele, preocupadas em explorar as áreas Yanomami, Vale do Guaporé, habitado pelos Nambiquara, reserva dos Kaiapó, no Pará, Acre e Norte de Mato Grosso, onde predominam a cassiterita e ouro basicamente.